

A questão agrária brasileira nas obras de Ignácio Rangel e Milton Santos e a fronteira agrícola do Cerrado: as possibilidades de debate e interlocução*

The Brazilian agrarian issue in the works of Ignácio Rangel and Milton Santos and the agricultural frontier of the Cerrado: possibilities for debate and interlocution

Herick Vazquez Soares**

Resumo: O trabalho analisa o debate da questão agrária brasileira nas obras de Ignácio Rangel e Milton Santos, buscando estabelecer um diálogo entre as análises e categorias desses autores com o processo de constituição do Complexo Agroindustrial brasileiro e do Cerrado brasileiro como região produtiva do agronegócio. Na segunda metade do século XX, esse bioma foi integrado à divisão regional do trabalho e incorporado ao capitalismo brasileiro, o que colocou a questão agrária brasileira em novo patamar. O objetivo aqui é, a partir das categorias analíticas dos autores, debater a constituição e desenvolvimento da agropecuária capitalista na fronteira agrícola do Cerrado, levantando suas principais características e impactos socioeconômicos e espaciais. Para tanto, será feito um levantamento dos principais escritos referentes à questão agrária na obra dos autores, a comparação e o resumo das principais ideias, para então sua aplicação ao caso fronteira agrícola do Cerrado.

Palavras-chave: Agricultura. Industrialização. Cerrado. Milton Santos. Ignácio Rangel.

Abstract: The work analyzes the debate on the Brazilian agrarian question in the works of Ignácio Rangel and Milton Santos, seeking to establish a dialogue between the analyzes and categories of these authors with the process of constitution of the Brazilian Agroindustrial Complex and of the Brazilian Cerrado as a productive region of agribusiness. In the second half of the 20th century, this biome was integrated into the regional division of labor and incorporated into Brazilian capitalism, which raised the Brazilian agrarian issue to a new level. The objective

* Submissão: 14/07/2022 | Aprovação: 04/01/2023 | DOI: 10.29182/hehe.v26i1.886

** Departamento de Economia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil | ORCID: 0000-0002-3904-1200 | E-mail: herick.soares@usp.br



here is, from the analytical categories of the authors, to discuss the constitution and development of capitalist agriculture in the Cerrado agricultural frontier, surveying its main characteristics and socioeconomic and spatial impacts. For that, a survey of the main writings referring to the agrarian question in the work of the authors will be carried out, the comparison and the summary of the main ideas, for then its application to the agricultural border case of the Cerrado.

Keywords: Agriculture. Industrialization. Cerrado. Milton Santos. Ignácio Rangel.

JEL: B29.

Introdução

É fundamental o papel da agropecuária no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Sua importância é destacada como vínculo com o mercado externo, com papel destacado na balança comercial e no balanço de pagamentos, como fornecedora de alimentos para o abastecimento da população urbana e como vetor de ocupação do território e produção de novos espaços econômicos. Na segunda metade do século XX, em especial entre as décadas de 1950 e 1980, foram articuladas políticas públicas setoriais, econômicas e regionais em torno do projeto de aceleração do processo de industrialização do país. No campo, esse projeto se expressou através da internalização das inovações tecnológicas oriundas da “Revolução Verde”¹ e consequente integração intersetorial entre indústria e agricultura.

Ainda no segundo governo Vargas, é debatida a necessidade de estruturação de uma indústria nacional de fertilizantes e de maquinário agrícola. A substituição de importações de fertilizantes, especialmente os fosfatados, tem início em 1953. A partir do Plano de Metas, do governo Kubitschek (1956–1961), o processo de substituição desses itens se acelera, avançando inclusive no setor de maquinário agrícola, embora as importações ainda tenham permanecido em níveis elevados até o início dos anos 1960 (Kageyama; Graziano da Silva, 1987).

Nesse contexto, o processo de modernização da agricultura acarretou sua mercantilização intrassetorial, bem como um processo de integração da agricultura à indústria por meio da alteração de seus métodos produtivos. Isso significa dizer que boa parte da demanda da agricultura passa a ser atendida pelo setor industrial, o que dinamizou a indústria de bens de capital e insumos agrícolas. Essa tendência pode ser observada pelo aumento do uso de tratores no Brasil. Segundo Kageyama e Graziano da Silva (1987), a área média relativa por trator caiu de 27.737 hectares entre 1950 para 4.073 em 1960.

Do ponto de vista espacial, o processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Centro-Oeste nos anos 1950 também deve ser analisado dentro das perspectivas do Plano de Metas, em especial a partir da meta síntese: a construção de Brasília. As mudanças da economia brasileira nesse

¹ No Brasil, como em outras partes do mundo, ocorreu a adoção do modelo que ficou conhecido como “Revolução Verde”, que foi essencialmente a difusão de pacotes tecnológicos capazes de aumentar a produção das grandes propriedades agrícolas, elevando a integração entre agricultura e indústria no processo produtivo da agricultura e do setor alimentício de forma geral, sem questionamento da estrutura agrária ou da forma propriedade privada capitalista da terra.

período reordenaram a geopolítica de “ocupação dos vazios populacionais” e os processos de integração nacional, agora mais sujeitos à influência das necessidades do processo de industrialização.

Junto com o Plano de Metas, a construção de Brasília alterou significativamente o panorama regional do Centro-Oeste. Simultaneamente à obra da nova capital, iniciou-se a construção de diversas estradas para ligar Brasília às principais cidades do Centro-Sul e do Norte. O Estado passou a atuar claramente no sentido de dar unidade ao território nacional com o incremento de infraestrutura que possibilitasse crescimento econômico da região Centro-Oeste. Pode-se dizer que a construção de Brasília deu o pontapé inicial para consolidar a incorporação do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro segundo os interesses dos grandes capitais industriais nacionais, internacionais e proprietários de terra, em função dos quais o Estado passou a ter uma ação planejada e eloquente na região.

Nesse processo de integração regional, foi concretizada a opção pelo transporte rodoviário, determinando a consolidação de um importante centro dinâmico da economia nacional: a indústria automobilística. A integração da região Centro-Oeste se deu com a construção de ampla malha rodoviária, cujas principais rodovias são: Belém – Brasília; Brasília – Cuiabá; Brasília – São Paulo; Brasília – Belo Horizonte; Brasília – Barreiras (BA); São Paulo – Corumbá (Diniz, 2006). Além disso, a transferência da capital federal para o Centro-Oeste levou à instalação de um amplo aparato burocrático e de serviços e comunicação para a região.

A construção de Brasília deve ser entendida a partir de um processo histórico em que a força do nacional-desenvolvimentismo e a ação econômica do Estado mostraram-se decisivas. Essa correlação expressou-se no Plano de Metas, cujas ações e resultados também estão amplamente vinculados ao processo de internacionalização da economia e intensificação da presença de empresas estrangeiras no país. A transferência da capital para Brasília e as obras de infraestrutura relacionadas criaram parte das condições para a região se converter em uma frente pioneira, constituindo o marco inicial do processo de industrialização como fator determinante da integração econômica do Centro-Oeste e do avanço da fronteira agrícola para o Cerrado e para a Amazônia.

A partir do golpe de 1964, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)² introduziu inovações nas políticas econômica e monetária cujos im-

² O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi o primeiro plano econômico do governo

pactos tiveram grande relevância para a consolidação e avanço do Complexo Agroindustrial (CAI):³ constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), possibilitando financiamento subsidiado para a modernização da agropecuária brasileira; medidas de subsídios à exportação por meio de isenções fiscais, crédito e taxas de juros favorecidas;⁴ adoção do sistema de minidesvalorização cambial; e abandono do câmbio fixo, abrindo a possibilidade de desvalorização mais rápida da moeda e com menos impactos à estabilidade do sistema cambial. Além disso, as inovações na base técnica da agricultura avançaram com as políticas de substituição de importações de insumos agrícolas patrocinados pelos planos de desenvolvimento, consolidando o CAI.

Na década de 1970, o principal vetor de disseminação dessas inovações foi a adaptação das sementes de soja ao clima do Cerrado, bem como a adaptação dos solos desse bioma ao plantio do grão, principais responsáveis pela incorporação do Cerrado ao capitalismo brasileiro segundo o estabelecimento de uma “vocação agropecuária” para a região. Essa incorpora o teve o ritmo e os moldes dados a partir das novas tecnologias agropecuárias e do domínio da propriedade privada capitalista da terra. Esse processo, marcado pela eleva o da concentra o fundiária, integrou agricultura e indústria e engendrou uma nova estrutura de classes, colocando a questão agrária brasileira em novos patamares, embora a pobreza e a precariza o do trabalho rural não tenham deixado de ser traços marcantes do campo brasileiro.

Por serem essas questões antigas e persistentes no campo brasileiro, há muito são objetos de estudo e investiga o por intelectuais de diversas áreas do conhecimento. Neste trabalho, pretende-se justamente fazer um levantamento do debate sobre a questão agrária entre 1950 e 2000 através das principais obras de In cio Rangel e Milton Santos. A escolha desses autores guarda rela o com a contribui o que ambos tiveram para a compreensão da questão agrária a partir das suas rela es intersetoriais e seu impacto nos espaços urbanos. Guardadas as especificidades dos autores e de suas obras, ambos apresentam análises relevantes para o entendimento da questão agrária a partir da forma como as rela es capitalistas de produ o se expandiram

brasileiro após o Golpe Militar de 1964. Tinha como objetivos principais combater a infla o, aumentar a taxa de investimentos no país, reformar o Sistema Financeiro Nacional, atrair investimentos externos e diminuir desigualdades regionais (Abreu, 1989).

³ Segundo Delgado (1985), as transforma es do período determinaram o início de um processo de mudança na base técnica da agricultura brasileira por meio de sua integra o com a indústria, tendo se formado o Complexo Agroindustrial brasileiro (CAI).

⁴ Decreto Lei n  461/69.

para o campo e impactaram a expansão das cidades, o setor industrial, o emprego e os níveis de renda da população. Suas análises ajudam a qualificar como a questão agrária se transformou e se complexificou a partir do desenvolvimento do capitalismo brasileiro na segunda metade do século XX, especialmente no que diz respeito à modernização dos processos produtivos e seus impactos sobre o setor industrial e na complexificação das relações campo-cidade.

Nesse sentido, a análise do processo de incorporação da fronteira agrícola do Cerrado ao espaço econômico nacional entre as décadas de 1950 e 1980 parece ser de grande relevância para estudo a partir das categorias e das obras dos referidos autores, haja vista que foi um dos principais acontecimentos do campo brasileiro na segunda metade do século XX e palco importante do processo de integração intersetorial entre agricultura, indústria e capital financeiro.

Para tanto, o presente artigo se divide em duas grandes etapas. Primeiro será feita uma revisão dos principais aspectos do estudo da questão agrária na obra de cada um dos autores. A partir desse levantamento analítico e da síntese das principais ideias, será feita a discussão do caso da fronteira agrícola do Cerrado a partir do processamento e análise de suas categorias analíticas.

1. Inácio Rangel: a questão agrária como obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil

Ignácio Rangel (1914-1994) foi militante do Partido Comunista, fez parte da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e integrou o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Fez parte da assessoria econômica de Getúlio Vargas, tendo trabalhado na criação da Petrobrás e da Eletrobrás, além de ter atuado no Plano de Metas. As principais obras nas quais trata da questão agrária são: *A dualidade básica da economia brasileira* (1953), *A inflação brasileira* (1963) e *A questão agrária brasileira* (1961). Uma de suas maiores contribuições reside justamente na compreensão da questão agrária não só como um problema rural, mas como parte da dinâmica do capital e seu desdobramento espacial.

Nesse sentido, Ignácio Rangel concebeu a questão agrária a partir das suas funções no processo de acumulação de capital. Para tanto, o autor analisou as relações entre campo e indústria no processo de modernização capitalista e mostrou como a crise agrária era a base das dificuldades econômicas

e sociais do país. Para ele, havia no Brasil uma crise agrária que se expressava essencialmente por dois problemas: superprodução e superpopulação rural, crise na qual a produtividade do trabalho na agricultura desenvolvia-se em ritmo superior ao necessário com o duplo resultado de excedentes agrícolas e demográficos, sendo os últimos transformados em desemprego urbano através do êxodo rural. Esse processo aumentaria a taxa de exploração do trabalho, possibilitando o processo de industrialização sem reforma agrária até o limite de uma crise de superacumulação (Rangel, 1963).

Nessa lógica, Rangel definiu um modelo em que o setor agropecuário deveria cumprir duas funções: suprir o sistema econômico e seu comércio exterior dos bens agrícolas necessários para seu pleno funcionamento e liberar ou reter mão de obra conforme as flutuações econômicas da agricultura e dos demais setores do sistema econômico (Rangel, 2005).

A industrialização, ao aumentar a demanda por alimentos e matérias-primas e demandar divisas internacionais para a expansão de seu desenvolvimento, reconfigurou as exigências colocadas ao campo, de modo que, para atender a tais exigências, seriam necessários aumentos da produção e da produtividade rurais. Para alcançar esse objetivo, a penetração das formas capitalistas de produção na agricultura estimulou a eliminação crescente das atividades secundárias e terciárias realizadas pelo homem do campo no setor feudal,⁵ como transformação dos gêneros agrícolas, transporte, construção de casas e outras atividades de apoio à atividade agrícola cuja realização desviava recursos humanos, materiais e tempo daquelas que deveriam ser as finalidades da agricultura: produzir gêneros primários em escala suficiente para a alimentação humana, para o suprimento de matérias primas para as indústrias e para o comércio exterior.

Nesse processo de contínua especialização, a função de mecanismo regulador do mercado de trabalho do setor agrícola, absorvendo ou retendo mão de obra de acordo com as necessidades do sistema econômico, ficou comprometida em razão de a elevada concentração fundiária impedir o acesso à terra por parte dos trabalhadores que perderam suas funções no campo. Conforme as relações capitalistas penetraram no campo e estimularam a especialização nas atividades primárias, muitos trabalhadores perderam suas

⁵ Apesar de se utilizar do termo “feudal”, Ignácio Rangel não comungava com a ideia pecebista que relacionava a questão agrária brasileira com a superação de relações feudais no campo. Segundo Rangel (2005), o latifúndio brasileiro era caracterizado por formas arcaicas de organização e produção do ponto de vista interno, embora tivesse seu lado moderno nas relações com o mercado externo.

posições e migraram para os centros urbanos, desequilibrando o mercado de trabalho urbano-industrial.

Essa realidade acarretou um duplo desequilíbrio à economia brasileira: superpopulação de trabalhadores urbanos, em razão dos desempregados do campo que migravam para as cidades, e superprodução na agricultura, causada pela especialização nas atividades rurais, que derrubava os preços dos gêneros agrícolas e gerava desequilíbrios no comércio internacional:

Os problemas próprios ou propriamente agrários da presente crise agrária brasileira são as anomalias concomitantes, verso e reverso da mesma medalha, da superprodução agrícola e da superpopulação rural, desdobrando-se, a primeira, nos constantes problemas do comércio exterior e a segunda, em desemprego urbano. (Rangel, 2005b, p. 42)

Esses eram os problemas que Rangel chamava de “propriamente agrários”. Além deles, havia os “impropriamente agrários”: altos preços de certos bens agrícolas, que se davam em razão das estruturas oligopolizadas de comercialização desses bens, e escassez sazonal de mão de obra nas atividades agrícolas organizadas, especialmente a monocultura. O primeiro tinha origem no seu sistema de comercialização, organizado em monopólios e monopsonios que controlavam a compra e a venda desses bens. O segundo se originava no êxodo rural, já que a expulsão de trabalhadores do campo levava a uma escassez de mão de obra nos períodos de maior necessidade. Além disso, o alto preço da terra agravava a situação no campo, já que o aumento do valor da terra se devia principalmente à procura especulativa pela propriedade da terra, em especial contra a corrosão do valor da moeda em tempos de inflação elevada (Rangel, 2005b).

Para Rangel, tais problemas ocorriam porque a industrialização se deu sem alteração da estrutura agrária, por meio de um pacto de poder entre o latifúndio e o capital industrial. A correlação de forças políticas que tomou o poder a partir de 1930 tinha como classe hegemônica o latifúndio, que, segundo o autor, só abriu espaço para o desenvolvimento industrial em razão de ele criar condições para o surgimento de um mercado interno para os produtos agrícolas em substituição ao mercado externo, bem como produzir bens necessários para o setor agrícola, cuja importação encontrava crescentes dificuldades. Para Rangel, o capital industrial foi sócio menor do latifúndio no comando do país a partir de 1930 (Rangel, 1963).

Nesse contexto, a incapacidade de importação de bens industrializados

foi fundamental para o processo de industrialização, pois criou um cenário favorável para que esses bens fossem produzidos internamente. Ainda que o consumo interno estivesse em um momento de declínio, a incapacidade de importar criava demanda garantida para os bens produzidos internamente, um estímulo ímpar ao processo de industrialização. Essa conjuntura extremamente favorável teria dispensado a realização de uma reforma agrária para a constituição do mercado interno (Rangel, 1963).

Apesar de inicialmente possibilitar um aumento da taxa de exploração, de modo a garantir capitais para o investimento industrial, conforme o processo de industrialização avançou e o suprimento da demanda criada pelas condições adversas criadas pela crise de 29 se completou, o sistema começou a dar sinais de tendências recessivas, determinadas pelo menor crescimento da demanda em relação ao ritmo de acumulação, já que a taxa de exploração e a propensão a consumir são inversamente proporcionais. Em outras palavras, o elevado exército industrial de reserva propiciado pelo êxodo rural comprimia os salários a tal ponto que comprometia a capacidade de consumo das massas urbanas e, por consequência, a capacidade de crescimento da demanda interna, estando na origem, portanto, das crises de acumulação (Rangel, 1963).

Como a superpopulação rural era um dos problemas propriamente agrários, sua resolução passava necessariamente por mudanças na estrutura agrária, o que dificilmente aconteceria em um contexto de manutenção do latifúndio como força política dominante. Sendo assim, a solução possível para esse problema passava por uma intervenção no mercado de trabalho com vistas a minimizar o problema da escassez sazonal de mão de obra.

Para tanto, Rangel propõe a criação de pequenas propriedades fora das terras da grande fazenda capitalista, nas quais o assalariado agrícola, em especial os trabalhadores temporários, tenham assegurado o emprego produtivo quando não estão trabalhando na agricultura capitalista. Essa medida fixaria a população rural na terra mesmo nos períodos de menor demanda por mão de obra no campo, impedindo um grande fluxo de trabalhadores para os centros urbanos (Rangel, 2005b).

O segundo problema era o alto preço de certos bens agrícolas, oriundo da forma pela qual era realizada a comercialização de tais produtos. Para Rangel, esse era um setor propagador de inflação, responsável por parte importante das altas constantes de preços. O autor acreditava que os impulsos inflacionários surgiam nos setores que produzem bens inelásticos⁶ à variação

⁶ Os gêneros alimentícios são essenciais para a reprodução da classe trabalhadora, ou seja, apesar dos au-

dos preços e nos quais havia tendências à cartelização na compra dos gêneros dos produtores e na sua revenda aos consumidores. Isso significa dizer que Rangel não relacionava o alto custo dos alimentos à baixa produtividade do campo, mas às características monopolísticas do setor de comércio dos bens agrícolas, irradiador, segundo ele, de processos inflacionários.

Para resolver o problema inflacionário na raiz, ou seja, equacionar a questão da cartelização da comercialização agrícola, Rangel propunha o fortalecimento da posição do agricultor em relação aos grupos que controlavam o comércio de bens agrícolas, organizados em oligopsônios. Para tanto, sugeria uma política de preços mínimos, organização de um sistema de crédito agrícola e infraestrutura de armazenamento, de modo a evitar grandes flutuações nos preços (Rangel, 2005b).

Em relação à questão da propriedade da terra, Rangel considerava a reforma agrária como uma forma de incentivar a expansão do mercado interno, mas evidenciou a baixa possibilidade de sua concretização em um contexto, segundo ele, dominado politicamente pela aliança entre o latifúndio e o capital industrial nascente:

Ora, nada mais ilusório do que esperar que a burguesia – ligada ao latifúndio, inclusive por laços de sangue – rompa o seu pacto de poder com o latifúndio, pelo menos enquanto este não houver esgotado suas possibilidades. (Rangel, 1963, p. 37)

Para Ignácio Rangel, a resolução da questão agrária não era obstáculo fundamental para o processo de industrialização, pois possibilitava a existência de uma elevada taxa de exploração da mão de obra, cuja tendência é crescente à medida que aumenta a produtividade do trabalho não compensada por salários. Apesar disso, o não enfrentamento da questão, cujo efeito principal é a compressão da taxa de exploração do trabalho e, conseqüentemente, do consumo da massa de trabalhadores, tende a gerar uma situação de desequilíbrio. A elevada capacidade de investimento dos capitais sem um correspondente aumento da capacidade de consumo produziu um cenário de crescente capacidade ociosa conforme foi completado o processo de substituição de importações. Isso significa dizer que resolver a questão agrária seria fundamental para o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, por tratar-se de medida capaz de dinamizar o mercado interno, gerando novas oportunidades

mentos nos preços a demanda por tais bens permanece constante, daí a inelasticidade de sua demanda em relação à variação dos preços.

de investimento e viabilizando a continuidade do processo de acumulação de capital.

Ora, ninguém pretenderá que a economia brasileira, dados os presentes níveis e dinamismo da renda e da demanda global, já esgotou todas as suas oportunidades de investimento. Não obstante, não resta dúvida de que a presente demanda efetiva de capital é, não apenas insuficiente, como cada vez mais insuficiente. (Rangel, 1963, p. 39)

Além de explicitar as problemáticas da questão agrária no que diz respeito à sustentabilidade do processo de acumulação de capital, Rangel evidenciou o papel fundamental da questão agrária na forma como se desenrolou o processo de urbanização brasileiro. Em seu artigo de 1986, “Crise agrária e Metrópole”, Rangel muito bem relacionou as duas questões enfatizando que o ritmo acelerado do processo de urbanização brasileiro decorre do processo de especialização das atividades agrícolas. Em outras palavras, as inovações tecnológicas introduzidas no campo especializaram diversos ramos da agricultura e reduziram o espaço para a produção de autoconsumo e outras atividades não diretamente relacionadas à produção agrícola dentro do latifúndio, crescentemente suplantadas por uma monocultura tecnicamente avançada. Assim, reduzida a demanda por trabalho na agricultura e não havendo políticas de distribuição de terras, o excesso de população rural se transforma em excesso de população urbana via êxodo rural e tende a comprimir o nível dos salários industriais (Rangel, 2005b).

Em suma, ainda que Rangel reconhecesse todas as dificuldades políticas e econômicas para que fossem implantadas as medidas necessárias para a superação da questão agrária (inclusive as que não se chocavam frontalmente com o latifúndio), sua obra deixa clara a profunda relação da questão agrária com as debilidades estruturais do capitalismo brasileiro e tem alcance explicativo bastante atual ao tratar de problemas como a especialização das atividades agrícolas e seus impactos no processo de urbanização, sentidos no cotidiano das cidades e do mercado de trabalho.

2. Milton Santos e a urbanização do campo

Milton Santos (1926–2001) foi importante expoente da renovação da Geografia ocorrida no Brasil nos anos 1970. Foi professor em diversas universidades, em vários países, tendo sido reconhecido por abordar conceitos

até então pouco explorados pela Geografia, como território, espaço geográfico e lugar. Milton Santos recebeu, em 1994, o prêmio internacional *Vautrin Lud*, considerado o Nobel da Geografia. Dentre suas obras, podemos destacar *O espaço dividido* (1978), *Economia espacial: críticas e alternativas* (1979) e *A urbanização brasileira* (1993).

A obra de Milton Santos abre a possibilidade de tratar da questão agrária a partir de impactos importantes das transformações estruturais da economia brasileira ocorridas na segunda metade do século XX: a alteração da distribuição da população pelo território e a intensa urbanização, inclusive em regiões interioranas.

O acelerado processo de urbanização está, segundo Santos, ligado ao momento de constituição do meio técnico-científico sobre os territórios. Trata-se do momento histórico atual, no qual a construção ou reconstrução do espaço se dá com crescente conteúdo de ciência e técnicas de informação. Como consequência, surgem importantes mudanças na composição técnica do território, determinadas pelos investimentos em infraestrutura, e mudanças na composição orgânica do território, determinadas pela cibernética, biotecnologias, química, informática e eletrônica. O progresso da biotecnologia permitiu, por exemplo, que os solos dos cerrados fossem adaptados ao plantio de um gênero de clima temperado, como a soja (Santos, 1993).

Nessa nova realidade, passa-se de uma autonomia relativa entre subespaços para uma interdependência crescente; de uma interdependência local, entre sociedade regional e natureza, a uma espécie de socialização capitalista territorialmente ampliada de circuitos locais, cuja ligação a circuitos mais amplos se dá por alguns poucos produtos e pouquíssimos produtores. O espaço se torna mais articulado às relações funcionais determinadas pela divisão do trabalho e mais desarticulado quanto ao comando local das ações que nele se exercem, o que aumenta a demanda de empregos preenchidos por profissionais de origem urbana, atividades de escritório, em contraposição a atividades propriamente do campo.

Seria uma oposição entre espaços [...] comandando uma nova divisão regional do país e determinando novas hierarquias: entre regiões com grande conteúdo em saber (nos objetos, nas instituições e empresas, nas pessoas) e regiões desprovidas dessa qualidade fundamental em nossa época; entre regiões do mandar e regiões do fazer. (Santos, 1993, p. 51)

Assim, pode-se dizer que Milton Santos conectou a questão urbana com a questão agrária através da profunda modernização do processo produtivo e da concentração fundiária. Ambas liberaram um enorme contingente de mão de obra das atividades agrícolas e que transformaram a relação campo-cidade nesse novo contexto.

Segundo Santos (1993), o consumo produtivo – consumo das unidades produtivas, e que faz parte do processo produtivo, seja sob a forma de matérias primas, seja sob a forma de máquinas, insumos ou equipamentos – tem um potencial de criação de demanda para os diferentes subespaços, o que tornaria mais complexa a divisão do trabalho entre os centros urbanos, intensificando sua importância demográfica e econômica. Assim, as cidades médias,⁷ aquelas que constituem espaços de “gerenciamento” das atividades agrícolas, dada sua centralidade no sistema urbano, tendem a ser potencialmente beneficiadas por essa relação urbano-rural, já que elas abrigam o aparato necessário para a realização desse consumo, como agências bancárias, comércio especializado de insumos agrícolas, consultorias, escritórios e até mesmo agroindústrias.

Nessa nova realidade, essas cidades têm o papel de suprir com informação e técnica a atividade agropecuária moderna, ocupando um nicho de atividade urbana especializada e conectada com a produção regional. Visando suprir a crescente demanda por regulação e consumo produtivo, as cidades médias necessitam de investimentos públicos e privados a fim de se tornarem centros de expressão regional, “pontes entre o global e o local” (Santos; Silveira, 2001). Nesse contexto, os municípios médios passaram a apresentar taxas de crescimento significativas, condizentes com a expansão do capital no campo.

[...] a partir desse momento, a regulação do mundo rural não se faz mais no campo. Hoje, nas áreas mais desenvolvidas, todos os dados da regulação agrícola se fazem no urbano, novidade que, em muito, muda a significação, neste período, da urbanização brasileira. (Santos, 1993, p. 61)

A unidade da região agrícola compreende a inter-relação entre os mundos rural e urbano, representado por algumas cidades que abrigam atividades ligadas às atividades agrícolas e que dependem dessas atividades (Santos, 1993).

⁷ Conforme Soares (1999), o termo cidades médias é uma referência ao lugar que essas cidades ocupam no sistema econômico global, isto é, na relação entre o local e o global, levando-se em consideração também o lugar que ocupa na rede urbana.

No Brasil urbano, onde a vida de relações tende a ser mais intensa, o processo de urbanização ocorre com mais força. Por ser o meio técnico-científico o fruto da soma de ciência, tecnologia e informação ao território, ele cria “espaços inteligentes” ou “espaços do mandar”, localizados em sua maior parte no Brasil urbano, e que se contrapõem aos “espaços opacos” ou “espaços do fazer”, em sua maior parte localizados no Brasil agrícola, com dinâmicas territoriais, políticas, demográficas, culturais e econômicas diferentes (Santos, 1993).

Essa divisão do espaço evidencia a contradição do processo de urbanização do interior do Brasil: o potencial de dinamização urbana da agropecuária empresarial capitalista contrasta com cidades (em sua maioria, municípios pequenos, com menos de 20 mil habitantes) que, mesmo localizadas em regiões de produção agropecuária moderna intensiva, não conseguem diversificar suas funções urbanas e sua economia. Essa renda acaba sendo, em grande parte, drenada para médias e grandes cidades, pois estas são capazes de atrair esses capitais por meio da produção de bens e serviços. Essa dinâmica reforça disparidades espaciais históricas e evidencia a natureza controversa dos impactos das alterações do processo produtivo decorrentes da “modernização conservadora” da agropecuária (Santos, 2003).

A elevação da concentração fundiária se refletiu na supressão de formas não capitalistas de produção, como parceria e produção familiar de subsistência. Ainda que essas formas de trabalho não tenham desaparecido, muitas unidades produtivas familiares passaram a ter sua renda subordinada aos capitais agroindustriais, dado seu controle oligopolista sobre o fornecimento de insumos agrícolas e da compra das produções dessas famílias, questão também apontada por Ignácio Rangel (Martins, 1996). Além disso, houve a difusão de tecnologias que diminuíram a absorção de mão de obra não especializada. Como consequência, as cidades passaram a receber grandes contingentes populacionais que tiveram suas propriedades expropriadas, bem como trabalhadores rurais que perderam seus postos de trabalho em virtude da tecnificação do campo. (Santos, 1993).

Nesse sentido, o campo tende a não ser mais o local de moradia nem mesmo dos produtores e dos trabalhadores agrícolas. O campo tornou-se o espaço da produção agropecuária, mas não de residência da população, o que levou a uma elevação do percentual da população que reside nos núcleos urbanos. Ainda que a migração campo-cidade tenha tido impactos positivos sobre o consumo consuntivo (consumo da população para sua manutenção

e reprodução), ela não foi suficiente para dinamizar e diversificar economicamente a maior parte dos núcleos urbanos, em especial as pequenas cidades que, por não terem a centralidade que as tornasse atrativas para o setor de comércio produtivo moderno, de serviços especializados e agroindústrias, não conseguem reter os capitais produzidos em seu entorno.

Esse baixo dinamismo econômico de muitas das cidades do Brasil agrícola guarda relação com a concentração fundiária. Essa concentração impacta diretamente na forma como se distribui a renda do setor agropecuária, especialmente das culturas de exportação. Parte expressiva da renda fica concentrada nas mãos de agroindústrias nacionais e estrangeiras, enquanto a parte que fica nas localidades se concentra nos proprietários de terra. Nesse contexto, a parcela da renda destinada ao pagamento de salários é pequena, o que diminui a capacidade de dinamização do consumo e da economia local, impactando negativamente no recolhimento de impostos e na capacidade de investimento dos municípios dessas regiões, responsáveis por abrigar parte expressiva da população, inclusive grandes contingentes de trabalhadores rurais. Como resultado, nota-se baixa qualidade de vida, estrangulamento dos serviços públicos e cidades disfuncionais. Dispondo somente de serviços básicos, a maior parte das localidades urbanas das regiões agrícolas limita-se à função de reservatório de mão de obra rural e é incapaz de atender às necessidades mais especializadas de seu entorno agrícola e de sua população, que acaba tendo que recorrer aos centros de médio e grande porte quando necessário.

Os dados mostram que as cidades do agronegócio se inserem num processo de produção espacial no qual os centros urbanos são o centro de comando da agropecuária. Em 2014, 95,6% dos residentes de Mato Grosso e 92,2% dos residentes de Goiás viviam na zona urbana, taxa que só é inferior a Rio de Janeiro (97,3%), São Paulo (96,6%) e Distrito Federal (95,6%) (Girardi, 2016). À medida que os capitais agroindustriais nacionais e internacionais concentrados no Sudeste se descentralizam territorialmente para áreas onde a terra tornou-se meio de produção das *commodities* internacionais de exportação, eles não podem abrir mão da centralização urbana, já que é nas cidades que fica concentrada a maior parte das infraestruturas de armazenamento (silos) e empresas de consultoria, informação, manutenção e controle (Volochko, 2013).

Veja-se como exemplo, a relação cidade/campo, em que a atração entre subespaços com funcionalidades diferentes atende à própria produção, já que a cidade, sobretudo nas áreas mais fortemente

tocadas pela modernidade, é o lugar da regulação do trabalho agrícola. (Santos, 2006, p. 192)

É nessa esteira do processo de produção de espaços urbanos a partir das necessidades dos grandes capitais agrícolas e agroindustriais que se inserem as cidades do eixo mato-grossense da BR 163: Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop.

Retomando a divisão entre regiões do mandar e regiões do fazer, Sinop, por sua centralidade na região norte de Mato Grosso e sul do Pará, bem como pelo fato de concentrar variadas atividades de serviço e de controle das que foram citadas anteriormente, constitui-se como uma região ambivalente, isto é, do mandar (ou do coordenar) e do fazer. Em outras palavras, sua força como centro polarizador de atividades relacionadas à coordenação das atividades econômicas (cujo controle real se dá de forma verticalizada a partir de outros pontos do país e do planeta) lhe garante um *status* que não pode ser reduzido à categoria de região do fazer.

A produção do espaço urbano de Sinop como local central de forças produtivas agroindustriais é marcada por práticas urbanísticas e modificações do espaço urbano típicas do processo de conversão da terra em mercadoria e da especulação imobiliária. O processo de urbanização é pautado pela dinâmica do mercado imobiliário e resulta em elevação do custo de vida e na segregação socioespacial no meio urbano, o que leva ao não atendimento de demandas por moradia popular, saneamento básico, educação, saúde e transporte para as populações mais pobres.

A paisagem de Sinop, marcada pelas largas avenidas de traçado reto, com nomes que remetem às árvores cuja exploração ajudou a erguer a cidade, como Embaúbas, Castanheiras, Figueiras, Ítalas e Jacarandás, concentra nas ruas centrais construções grandiosas e imponentes, como o Fórum, a Câmara Municipal e a Basílica, além de bairros com casas de alto padrão, cujo projeto segue as normas colocadas pela colonizadora Sinop (Sociedade Imobiliária Noroeste Paranaense) para manter a harmonia arquitetônica. Essas características dão à cidade ares de um grande empreendimento imobiliário cuja morfologia espacial segue à risca o projeto idealizado por uma incorporadora imobiliária, sem que se consiga visualizar ali características locais e marcas de acontecimentos e etapas históricas heterogêneas.

Contudo, ao se analisar alguns dos indicadores de renda e qualidade de vida de Sinop, a desigualdade surge de forma flagrante. Sinop, apesar de seu

PIB per capita de R\$ 34.078,81 em 2015, possuía, no mesmo ano, apenas 10,8% de esgotamento sanitário adequado e apenas 30,6% de ruas com urbanização adequada (bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE, 2018, n. p). Na mesma cidade, o rendimento médio mensal dos trabalhadores formais foi superior à média nacional em 2016, 2,4 salários mínimos, contra 1,78 da média nacional. Entretanto, no mesmo ano, 30,1% da população teve rendimento nominal mensal per *capita* de até meio salário mínimo, o que revela que boa parte da população está fora do mercado de trabalho formal (IBGE, 2017, n. p.).

3. Ignácio Rangel, Milton Santos e a questão agrária: síntese comparativa

Apesar de produzidas por autores de formações distintas e em contextos diferentes, as obras de Milton Santos e Ignácio Rangel trazem categoriais e ideias que as tornam atuais e relevantes para a análise da incorporação do Cerrado como região produtiva do agronegócio ao capitalismo brasileiro, bem como para a análise da questão agrária contemporânea. Ambos os autores destacam a importância das relações agroindustriais no entendimento da forma como o capitalismo se expandiu no campo, assim como a ligação intrínseca entre questão agrária e questão urbana.

Ignácio Rangel ressalta que a concentração dos capitais agroindustriais em grandes conglomerados oligopolistas impacta o acesso e o custo dos alimentos, o que teve desdobramentos sobre o custo da mão de obra e sobre a industrialização. Além disso, demonstra como a modernização técnica da agropecuária teve capacidade de dinamização da indústria por meio do aumento da demanda por bens de capital. Sobre a relação campo-cidade, o autor ressalta que a concentração fundiária expulsa grandes contingentes populacionais do campo, o que intensifica um processo de urbanização desorganizado e desigual, além de comprimir o nível de salários, o que impacta negativamente a demanda interna

Milton Santos também identificou o papel dos grandes conglomerados agroindustriais na agropecuária, que controlam recursos-chave, como tecnologia, acesso a mercados, crédito e capacidade logística, bem como sua influência no desenvolvimento espacial. Nesse sentido, identificou que as cidades cumprem papel fundamental na agropecuária capitalista por concentrarem as principais atividades para o desenvolvimento da agropecuária contemporânea,

cada vez mais sujeita às tecnologias e aos processos produtivos intensivos em capital. Milton Santos destacou, contudo, que são poucas as cidades que conseguem se tornar locais privilegiados de localização dos centros de comando da agropecuária capitalista. A forma de espacialização da agropecuária capitalista acentua desigualdades regionais, uma vez que são poucas as regiões que reúnem as condições de atrair capitais para as atividades de comando do setor e, como consequência, reter parte expressiva da renda da produção agrícola. Muitas cidades, apesar de serem o local de residência dos trabalhadores e das produções, constituem apenas espaços do “fazer”, ou espaços “opacos”, incapazes de reter parte expressiva da renda das atividades agropecuárias, marcadas por baixos níveis de desenvolvimento e de complexidade econômica.

As obras dos dois autores tratam da questão agrária a partir da concepção do campo como local de expansão das relações capitalistas de produção a partir da lógica dos capitais oligopolistas agroindustriais e da propriedade privada capitalista da terra.

Ignácio Rangel destaca como os problemas agrários (concentração fundiária e inchaço das cidades) e os impropriamente agrários (preço dos alimentos e escassez sazonal de mão de obra no campo) relacionam-se e geram consequências para todo o sistema econômico, especialmente a inflação dos gêneros agrícolas, importante elemento de composição dos salários e dos custos de matérias-primas. Além disso, o autor demonstra que a penetração das relações de produção capitalistas na agricultura permitiu a incorporação de modernas técnicas produtivas que aumentaram a produção e a produtividade agrícola, permitindo o desenvolvimento industrial sem a realização de reforma agrária. Vale mencionar que intelectuais vinculados à tradição cepalina, como Celso Furtado, diagnosticaram que a concentração da propriedade fundiária representava um obstáculo limitante à industrialização do Brasil. Isso ocorreria porque a concentração da propriedade fundiária causaria uma redução da oferta de alimentos nas cidades, o que elevaria a pressão sobre o custo do trabalho, inviabilizando o processo de industrialização. Além disso, Furtado ([1959] 2000) diagnosticou que a concentração fundiária elevava os níveis de desemprego ao expulsar grandes contingentes populacionais do campo para as cidades, tendência acentuada pelo modelo de industrialização brasileiro, baseado em indústrias intensivas em capital, instaladas no país com tecnologias importadas poupadoras de mão de obra.

Milton Santos, por sua vez, destaca como a penetração das relações

capitalistas de produção no campo, a partir de uma estrutura fundiária concentrada e sob hegemonia dos capitais agroindustriais, tem impactos espaciais bastante discutíveis tanto no campo quanto nas cidades. A partir da leitura dos dois autores, é possível aprimorar a compreensão sobre a expansão da agropecuária capitalista nas fronteiras do Cerrado e da Amazônia a partir de sua dinâmica espacial e de seu impacto na economia brasileira.

Quadro 1 – Quadro resumo dos principais pontos acerca da questão agrária nas obras de Ignácio Rangel e Milton Santos			
Atores	Principais pontos da análise		
	Relação Indústria x Agricultura	Relação Campo x Cidade	Principal contribuição na análise do Cerrado
Ignácio Rangel	<ul style="list-style-type: none"> • Agroindústria oligopolista faz com que haja pressão sobre preços dos alimentos. • Modernização do setor industrial aumenta demanda por bens de capital na agricultura, incentivando a integração intersetorial à jusante e à montante. 	<p>Concentração fundiária faz com que o campo libere população em excesso para as cidades, pressionando para baixo o nível de salários nas indústrias e ocasionando um crescimento urbano desordenado</p>	<p>Identificar que a concentração fundiária não constituiu obstáculo para o desenvolvimento industrial, porém acentuou distorções do capitalismo brasileiro, como a concentração de renda.</p>
Milton Santos	<ul style="list-style-type: none"> • Agropecuária sofre grande influência de capitais agroindustriais e financeiros oligopolistas, que ditam o ritmo, a intensidade e controlam os recursos-chave da atividade. • Grandes capitais agroindustriais e financeiros têm papel decisivo na forma como a atividade se desenrola no espaço. Regiões produtoras tornam-se espaços funcionais para os capitais oligopolistas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Algumas cidades são o centro de comando da agropecuária capitalista, por concentrarem as infraestruturas necessárias para seu funcionamento. • Essas são o contato entre a localidade e os centros de comando dos grandes capitais oligopolistas. As demais, podem concentrar atividades agropecuárias, mas retêm pouco da renda da atividade. 	<p>Identificou que o avanço no processo de urbanização e intensificação das relações campo-cidade se manifesta de forma desigual no espaço, com regiões do “mandar” e do “fazer” conforme sua funcionalidade e atributos para atrair capitais.</p>

Fonte: Elaboração própria.

4. O debate sobre a questão agrária e o caso do Centro-Oeste

A maior parte das análises anteriormente descritas foram produzidas em período cronológico anterior ou concomitante à incorporação do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro, ocorrida entre as décadas de 1950 e 1980. Ainda assim, a maior parte delas tem significativo alcance interpretativo a respeito das transformações da agricultura brasileira no contexto da industrialização e disseminação de inovações tecnológicas no campo, podendo trazer categorias importantes para a análise da incorporação dessa região ao espaço econômico nacional com base na agropecuária.

Além de ressaltar o já comentado papel do setor agrícola como regulador da oferta da mão de obra, Ignácio Rangel trata de dois temas bastante relevantes no que diz respeito ao processo de incorporação do Cerrado ao capitalismo brasileiro: os oligopólios comerciais e industriais que atuam na compra dos gêneros agrícolas e a questão do arcaico e do moderno na fronteira agrícola.

Em relação às condições oligopolistas em que atuam os capitais comerciais e industriais no setor agrícola brasileiro apontadas por Rangel, vale notar que o setor de defensivos agrícolas (herbicidas, fungicidas e inseticidas), por exemplo, está oligopolizado por cerca de sete corporações multinacionais: Syngenta (Suíça), Dupont (Estados Unidos), Dow Chemical (Estados Unidos), Bayer (Alemanha), Novartis (Suíça), Basf (Alemanha) e Milenia (Holanda/Israel). No setor de esmagamento e processamento de grãos, além da Cargill, que é a maior esmagadora de soja do Brasil, atuam Bunge, Monsanto, Dreyfus, ADM, Grupo André Maggi, Caramuru Alimentos, Brejeiro, Granol e cooperativas de produtores (Diniz, 2016).

Observa-se que tanto no setor de defensivos agrícolas como no setor de esmagamento de grãos, setor que inclui a soja, não passa de dez o número de empresas que controlam esses mercados, o que lhes confere grande poder na formação de preços dos alimentos e, logo, influência sobre os índices de inflação. Destaca-se aqui o agravante de a maioria dessas empresas não ser brasileira, apesar de a burguesia nacional ter seu espaço na agroindústria alimentar e controlar empreendimentos importantes do ramo, como o Grupo André Maggi.

No tocante à condução da modernização técnica dos processos produtivos da agricultura, Ignácio Rangel fornece uma ideia muito interessante para o caso do Centro-Oeste. A região foi incorporada de fato ao capitalismo

brasileiro a partir dos anos 1950 e, apesar da inegável aliança entre capital agroindustrial e latifúndio que permeou a incorporação da região do capitalismo brasileiro, Rangel observou, na fronteira agrícola, o surgimento de uma dissidência “progressista” do latifúndio, caracterizado por ele como semifeudal, que, junto com o capital industrial, comandaria o país no futuro. Isso porque, segundo ele, as condições essenciais para a existência do latifúndio feudal deixaram de cumprir-se por força da expansão da fronteira agrícola sobre o Cerrado, a Hileia, e a Caatinga (Rangel, 2005a). Essa dissidência foi responsável pela modernização técnica e pelo aumento da produtividade do setor, tornando-o compatível com o desenvolvimento industrial, ainda que mantida intocada a concentração fundiária.

Essa ideia torna-se bastante atual quando se leva em consideração que a emergência de lideranças políticas e econômicas ligada ao setor de grãos e à pecuária do Cerrado – como Kátia Abreu, ministra da agricultura entre 2015 e 2016, Teresa Cristina, ministra da Agricultura entre 2019 e 2022 e senadora pelo Mato Grosso do Sul, e Ronaldo Caiado, governador de Goiás, bem como a emergência de alguns grupos agroindustriais importantes da região, como o André Maggi e Caramuru Alimentos – foi um dos principais fatos da vida nacional no final do século XX e início do século XXI.

Todavia, cabe ressaltar que apesar de reconhecer algo de “progressista” nessa dissidência do latifúndio rural, Rangel mostrou que o processo de modernização do campo gerou um intenso êxodo rural, sem que essa dissidência dê qualquer sinalização de apoio a medidas que visem facilitar o acesso à terra ou melhorar as condições do mercado de trabalho rural. Essa dicotomia evidencia que o viés “progressista” dessa burguesia agrária se restringe aos avanços tecnológicos, combinados com a manutenção dos fatores que comprimem os salários e o espaço para as demandas dos assalariados rurais, garantindo o aumento crescente da mais-valia no campo.

O tratamento dado por Milton Santos à questão agrária traz contribuição relevante para o entendimento do processo de incorporação do Cerrado brasileiro à fronteira agrícola e seus impactos no espaço. Milton Santos demonstrou a profunda correlação entre a expulsão de grandes contingentes de trabalhadores para os centros urbanos com o processo de urbanização. Além de um salto qualitativo na interpretação da relação campo-cidade, a obra de Milton Santos traça um quadro bastante contundente com a realidade regional do Centro-Oeste.

A partir da década de 1950, a expansão da economia brasileira e o

crescimento demográfico favoreceram a proliferação de núcleos urbanos pelo território, inclusive nas áreas de fronteira. No Cerrado, esse fenômeno se potencializou com a moderna produção agroindustrial que se desenvolveu na região. No entanto, o autor observou que, sem que o empreendimento rural tenha sua viabilidade amplamente comprometida, o potencial de dinamização urbana do empreendimento agrícola é limitado caso a localidade em questão não detenha centralidade suficiente para reter parte dos capitais gerados pela atividade. Isso significa dizer que as elites locais detêm poder sobre os fluxos de capital cuja dinâmica é local, já os capitais oligopolistas transnacionais controlam o fluxo de capital e o funcionamento da atividade em nível mundial.

A transformação da base produtiva da agropecuária ocorrida no Centro-Oeste aponta para uma complementaridade da economia da região em relação à economia urbano-industrial do Sudeste, evidenciada pelo fato de a pecuária de corte e de leite e a produção intensiva de milho e soja terem se tornado sistemas produtivos amplamente voltados à produção de matérias-primas para indústrias que, em sua maioria, não estão enraizadas no Centro-Oeste. Essa distorção do processo de urbanização das localidades agrícolas reflete a divisão do espaço nacional entre os “espaços inteligentes” e os “espaços opacos”, ou regiões do mandar e do fazer, fruto de uma divisão regional do trabalho que determinou novas hierarquias entre as regiões dentro do país. Nessa hierarquia, a autonomia e a posição de um núcleo urbano são definidas a partir da intensidade da presença do meio tecnocientífico naquela região, determinante para a produção daquele espaço enquanto espaço “inteligente”.

A posição de uma localidade na hierarquia urbana determina sua capacidade de reter maior ou menor parte da renda da atividade agropecuária. No eixo da BR-163, onde está localizada a maior parte das “cidades da soja”, nota-se que, à exceção de Sinop, já caracterizada como espaço ambivalente, a maior parte das localidades constitui espaços “do fazer”, com capacidade limitada de retenção da renda. Tendo em vista que o principal gênero produzido na região é uma *commodity* destinada à exportação, nota-se que boa parte da renda da atividade agropecuária é escoada para o exterior via remessas de lucros das multinacionais que controlam a armazenagem, o transporte e o processamento de grãos, ou para outras regiões do país onde estão localizadas as plantas produtivas dos bens intermediários e bens de capital demandados pela sojicultura.

Sobre o aumento da produção e da produtividade agrícola baseadas no

expressivo aumento dos padrões tecnológicos da agricultura, vale mencionar que tal aumento também tem seu efeito dinamizador sobre o mercado interno e o setor industrial. A modernização técnica da agropecuária fez surgir diversas atividades especializadas sem que tenha ocorrido o enfrentamento da questão agrária. Segundo Castro (1969) a elevação dos níveis de produtividade da agricultura leva a um aumento de encomendas de alto potencial dinamizador do setor industrial. Esse potencial é maximizado, caso se consolide uma estrutura fundiária concentrada:

É que a indústria reproduzindo entre nós uma miniatura de País desenvolvido, elevou-se muito acima dos padrões imperantes nos demais setores; para que uma atividade tão atrasada como a agricultura logre fazer encomendas condizentes com o avanço da indústria, deverá a renda, que aí se gera, ser aglutinada em mãos de uma minoria capacitada para sustentar um elevado padrão de consumo e operar modernas funções de produção. (Castro, 1969, p. 133)

Novamente, percebe-se que, conforme destacou Ignácio Rangel, a resolução da questão agrária não foi obstáculo fundamental para o processo de industrialização, pois, além de possibilitar a existência de uma elevada taxa de exploração da mão de obra no setor industrial, facilitou a consolidação do setor agrícola como indutor de crescimento da indústria de bens de capital, cuja produção, intensiva em capital, é mais adaptável à grande propriedade rural. Contudo, Ignácio Rangel ressalta também que a elevada capacidade de investimento dos capitais sem um correspondente aumento da capacidade de consumo produziu um cenário de crescente capacidade ociosa, aprofundando a tendência à crise. Segundo Milton Santos, a elevada concentração fundiária e o modelo de agricultura capitalista baseado na hegemonia dos capitais agroindustriais, além de trazer problemas para o sistema econômico, faz com que o território seja ocupado a partir de uma funcionalidade ao processo de acumulação de capital. Os impactos dessa forma de produção do espaço são deletérios para o desenvolvimento das cidades, para o meio ambiente e para a própria dinâmica territorial, uma vez que as infraestruturas como transporte e energia são implantadas a partir de uma lógica mercadológica e corporativa.

5. Conclusão

A incorporação do Cerrado ao capitalismo brasileiro foi marcada por forte presença de capitais multinacionais, por uma agricultura com forte viés exportador, por elevado grau de modernização tecnológica e por elevação da produtividade sem transformação nas relações sociais de produção e sem o enfrentamento da concentração da propriedade agrária. Após o Plano de Metas, e sob forte incentivo estatal, inaugurou-se uma nova etapa do campo brasileiro, na qual a expansão do agronegócio amplamente integrado à indústria e ao capital financeiro se consolidou como indutora de várias das principais inovações tecnológicas no campo e foi responsável pelo avanço da fronteira agrícola pelo Cerrado e pela Amazônia. Não obstante as diferenças do que os autores aqui estudados defendiam e a forma como se desenvolveu a agropecuária brasileira no Cerrado, muitas das categorias desses pensadores são importantes para o seu entendimento, dada a qualidade, o alcance interpretativo e atualidade de várias das questões discutidas em suas obras.

Esse modelo de agricultura, baseado no crescente caráter industrial da produção agrícola, se difunde com base no chamado meio técnico-científico informacional e vem interiorizando o processo de urbanização. A ideia desenvolvida por Santos (2006), segundo a qual o comando da atividade agrícola se dá a partir das cidades, é essencial para a compreensão da expansão da soja pelo Cerrado brasileiro, tendo em vista que define não só um processo de mudança nas relações sociais, mas também do conteúdo material do território. No novo contexto do capitalismo mundializado, as cidades ganharam um novo papel na acumulação de capital na agricultura. Esse processo passou a definir a densidade e a constituição do território em espaço funcional de reprodução ampliada dos capitais agroindustriais oligopolistas. A atuação desses capitais ocorre, à montante e à jusante. À montante, o capital industrial age pela monopolização do consumo das propriedades rurais, com destaque para a atuação oligopolista das transnacionais produtoras de agrotóxicos, fertilizantes, sementes e maquinário agrícola, evidenciando um processo de subordinação da renda da terra ao capital monopolista internacional. À jusante, os capitais mercantis, agroindustriais e financeiros atuam de forma sintonizada num cenário de oligopsônio das grandes corporações na compra e no processamento dos produtos agrícolas, elo de maior agregação do setor alimentício.

O elevado grau tecnológico presente, por exemplo, nas lavouras de soja, bem como a dependência dos cultivos em relação a insumos e implementos

químicos fazem com que o processo produtivo do grão nas fazendas, que é a atividade agrícola propriamente dita, seja um estágio de sistema agroindustrial. Conforme destacou Ignácio Rangel, a concentração de capitais no setor agroindustrial dá a essas empresas capacidade de determinação de preços e de controle da atividade, cujos impactos se verificam no custo dos alimentos e, conseqüentemente, na inflação.

Outro ponto destacado por Rangel, e que é de grande importância para o caso da fronteira agrícola do Cerrado, é a aliança política entre a propriedade fundiária e os capitais agroindustriais monopolistas nacionais e transnacionais. Essa aliança é amalgamada pelo Estado, que atua como regulador e facilitador de arranjos regulatórios e financeiros capazes de viabilizar a estratégia do capital financeiro de apropriação dos lucros e da renda da terra através de financiamentos e do mercado de terras. Vale destacar que o Estado não atua como um bloco monolítico de poder e decisão. Sobre sua atuação, atores como empresas ou outras organizações sociais – tais como a Frente Parlamentar da Agropecuária, a Associações de Produtores, entre outras –, que, ainda que de forma assimétrica, exercem influência importante, imprimindo assim elementos de sua lógica de ação e organização à atuação estatal.

Neste estudo, verificou-se que as obras de Ignácio Rangel e Milton Santos mostram-se bastante relevantes para o entendimento da questão agrária contemporânea e da incorporação da fronteira agrícola do Cerrado ao capitalismo brasileiro. A partir das contribuições e discussões dos dois autores envolvendo a questão agrária, é possível verificar que a agroexportação, especialmente no Cerrado, desenvolveu-se baseada na monocultura e na grande propriedade, contando com uma espécie de “natureza artificial”, cuja instalação imprime uma ordenação específica do território a partir de uma lógica baseada na exportação de um produto primário, no caso, a soja. Essa dinâmica é de benefício duvidoso para o Brasil e para a maior parte da população, seja do ponto de vista do acesso e do custo dos alimentos, conforme destacou Ignácio Rangel, seja do ponto de vista espacial, conforme destacou Milton Santos. Na prática, não se assiste somente à crescente subordinação da renda gerada pelos fatores envolvidos na atividade – como terra e trabalho – aos capitais agroindustriais monopolistas, em sua maior parte transnacionais, mas também uma crescente pressão pelo aumento da produtividade desses fatores, alimentada pelo próprio sucesso do modelo. Uma dinâmica na qual, em nome de superávits comerciais e de um crescimento econômico concentrador de renda e gerador de poucos empregos, alimenta-se uma tendência de esgota-

mento dos recursos naturais. A expansão rápida e extensiva da soja e da pecuária sobre os biomas dos Cerrados e da Amazônia vincula esses espaços à lógica territorial das grandes empresas e hipoteca os usos futuros desses biomas.

Referências

ABREU, M. P. (Org.). *A ordem do progresso. Cem anos de política econômica*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

BRASIL, Decreto Lei nº 461 de 10 de fevereiro de 1969. Dispõe sobre a diminuição de alíquotas de IPI para a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas e outras providências. DF: Diário Oficial da União, 1969.

CASTRO, A. B. de. (1969). Agricultura e desenvolvimento no Brasil. In: CASTRO, Antônio Barros de. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*, v. 1. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, p. 79-146, 1977.

DELGADO, G. C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo: Ícone, 1985.

DINIZ, B. P. C. *O grande cerrado do Brasil central: geopolítica e economia*. São Paulo: USP, 2006 (Tese de Doutorado em Geografia Humana da USP).

FERREIRA, I. C. B. Expansão da fronteira agrícola e urbanização. In: LAVINAS, L. (Org.). *A urbanização da fronteira*, v. 2, n. 5. Rio de Janeiro: PUBLIPUR, p. 3-26, 1987.

FURTADO, C. (1959). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

GIRARDI, E. (2016). Mato Grosso: expressão aguda da questão agrária brasileira. *Confins*. n. 27. Disponível em: <10.4000/confins.10898>. Acesso em 13/03/2023.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O que é a questão agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980. (Coleção Primeiros Passos).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro*. Brasília, DF, 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. IBGE CIDADES. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 13/03/2023.

KAGEYAMA, A.; GRAZIANO DA SILVA, J. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, p. 1-39, 1987.

MARTINS, J. S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.

RANGEL, I. *A inflação brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1963.

RANGEL, I. *Obras reunidas*, v. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a.

RANGEL, I. *Obras reunidas*, v. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b.

SANTOS, M. *Economia especial*. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 1993.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOARES, B. Ribeiro. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. *Formação*. Presidente Prudente, n. 6, p. 55-63, 1999.

VOLOCHKO, D. Da extensão do campo à centralização do urbano: elementos para o debate da produção do espaço em Mato Grosso. *Revista Mato-Grossense de Geografia*. Cuiabá, n. 16, p. 18-38, 2013.